

O AJUSTE FISCAL Servidores ativos vão contribuir com 20% sobre a parcela do salário acima de R\$ 1.200. Inativos passarão a pagar

Peso sobre a Previdência será grande

CLAUDIA SAFATLE

BRASÍLIA – Boa parte do peso do ajuste fiscal recairá sobre a Previdência Social. O aumento das contribuições dos servidores públicos ativos e a criação da contribuição para os inativos deve aumentar a receita da Previdência em cerca de R\$ 5 bilhões em 1999. Há ainda uma série de medidas para regulamentar a cobrança de contribuição de setores que estão, hoje, numa "área cinzenta" e a proposta de uma Lei Geral da Previdência Social para enquadrar estados e municípios, onde os benefícios não guardam relação com as contribuições e o sistema previdenciário do funcionalismo não passa por qualquer cálculo atuarial. O conjunto de medidas contra a sonegação renderia mais R\$ 2,5 bilhões já no próximo ano para o caixa previdenciário.

Os 905 mil funcionários públicos ativos e inativos passarão a ter uma alíquota adicional de contribuição de 9% sobre a parcela que exceder vencimentos de R\$ 1.200. Até esse valor, a contribuição continuará sendo de apenas 11% para ativos. O governo também vai propor que os funcionários aposentados recolham à previdência. Segundo fontes da área jurídica do Palácio do Planalto, a proposta de lei para cobrar dos inativos não será enviada ao Congresso agora. Como essa novidade já foi tentada nessa legislatura, ela terá que aguardar o início da próxima. Se houver convocação extraordinária do Congresso, a próxima legislatura começará já no dia 16 de dezembro.

Balbúrdia – Outra medida importante na Previdência será a proposta de lei geral para regulamentar as aposentadorias do funcionalismo público estadual e municipal. Segundo fonte qualificada do governo, essas unidades da federação vivem numa "verdadeira balbúrdia" na questão previdenciária. As contribuições são inadequadas, não há controle atuarial e nem limite para gasto com inativos na folha de pagamentos. A lei definirá que os governos estaduais e municipais não poderão comprometer mais do que 12% da receita líquida com inativos. Esse percentual resulta de um cálculo simples: como a Lei Camata limita os gastos com folha de pagamentos em 60% da receita líquida, e como os empregadores do setor privado contribuem com 20% para a previdência de seus trabalhadores, o governo propõe que estados e municípios contribuam também com 20% para a aposentadoria do funcionalismo. Ou seja, 20% de 60% é igual a 12%.

Cadastro geral – Haverá medidas também para evitar a sonegação por parte do setor privado. Um projeto de lei tipificará o que é crime contra a Previdência Social. As empresas privadas passarão a ter um cadastro geral da Previdência contendo as informações sobre recolhimento da contribuição de cada um dos seus funcionários, atualizado mensalmente, assim como funciona hoje com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). As empresas que fizerem essa declaração regularmente, ainda que não estejam em dia com o recolhimento por problemas de caixa, serão consideradas inadimplentes, mas não sonegadas. Já as que se recusarem a preencher mês a mês esse cadastro e forem identificadas pela fiscalização, serão enquadradas na lei que tipificará tal conduta como crime, sujeitas, portanto, às penas e multas que são imputadas a um sonegador de impostos.

Outra proposta de legislação pretende esclarecer "áreas cinzentas", nas quais o não recolhimento da contribuição da Previdência pode ser acobertado por falta do legislador. Exemplo: os planos de saúde, recém-regulamentados, não estão obrigados a contribuir com a Previdência, assim como as cooperativas de trabalho. Essas e outras áreas da economia passarão a recolher a contribuição.

Deficit – O aumento das contribuições dos funcionários ativos e inativos não resolve mas reduz significativamente o déficit previdenciário da União, que é de cerca de R\$ 18 bilhões este ano e deve saltar para R\$ 18,9 bilhões em 1999. Confirmado em R\$ 5 bilhões o aumento das contribuições dos servidores federais, esse déficit cairia para a casa dos R\$ 13 bilhões no ano que vem.